

A IDENTIDADE PROFISSIONAL DO PEDAGOGO NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL

 <https://doi.org/10.56238/arev6n4-055>

Data de submissão: 05/11/2024

Data de publicação: 05/12/2024

Ana Vitória Damasceno Amorim

Mestranda em Educação
Universidade Federal do Piauí-UFPI
E-mail: anavitoriaamorim3@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5277-7549>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7022388339072297>

Antonia Dalva França-Carvalho

Pós-Doutora em Educação
Universidade de Coimbra-UC
E-mail: adalvac@uol.com.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9827-061X>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2678561806213333>

Ágata Laisa Laremburg Alves Cavalcanti

Doutora em Educação
Universidade Federal do Piauí-UFPI
E-mail: agatalaysa@ufpi.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8864-2857>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2226616167031810>

Zilda Tizziana Santos Araújo

Doutoranda em Educação
Universidade Federal do Piauí-UFPI
E-mail: tizzianaaraujo@prp.uespi.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1306-8410>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2669992564304872>

RESUMO

O período da ditadura militar no Brasil, de 1964 a 1985, impactou diretamente a área da educação, pois os militares fizeram desse momento um instrumento para transmissão das suas ideologias. Por este motivo, o ensino superior foi um dos alvos deste governo, já que estes futuramente atuariam nas escolas e deveriam, impositivamente, atender aos interesses ditatoriais e ideológicos da educação imposta pelo governo militar. Mediante a isso, surgiu a seguinte indagação: Qual era a identidade profissional do pedagogo no período da ditadura militar no Brasil? Teve como objetivo discutir a identidade profissional do pedagogo no contexto da ditadura militar. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental (Gil, 2010), com abordagem qualitativa. A técnica empregada para análise dos dados foi a análise de conteúdo de Bardin (1997). Este estudo revelou que o curso de pedagogia passou por modificações em sua organização, com intuito de atender os interesses do sistema capitalista de produção. Diante disso, a identidade profissional do pedagogo foi definida em habilidades, seguindo o modelo empresarial e da tendência liberal tecnicista. Em contraposição a esse modelo de formação imposta pelos militares, surgiram movimentos sociais de educadores e demais

instâncias da educação, como meio de lutar contra as ideologias dos militares e as imposições desse tipo de formação aos professores. Portanto, a identidade profissional do pedagogo sempre foi marcada por instabilidades, e sofreu modificações no período da ditadura militar, formando pedagogos para servir como mão de obra acrítica e propagar os ideais da tendência tecnicista na sua prática de ensino, com objetivo de manter a ordem vigente.

Palavras-chave: Identidade profissional, Pedagogo, Ditadura Militar, Tecnicismo.

1 INTRODUÇÃO

O golpe civil-militar no Brasil aconteceu em 31 de março de 1964, e a partir dessa data, houve mudanças drásticas em várias áreas da sociedade, principalmente na educação. Para Freire (2010), é por meio da educação que o indivíduo consegue compreender o contexto social em que vive, tornando assim, capaz de transformá-lo. Reconhecendo que a educação poderia prejudicar os interesses desse governo, os militares começaram a utilizá-la como instrumento para transmissão de suas ideologias. E uma das consequências dessa conjuntura foi a formação de indivíduos acríticos e seguidores das normas vigentes, sem haver quaisquer questionamentos das imposições que estavam sendo feitas nesse período (Libâneo, 1985).

Por este motivo, o ensino superior não ficou isento do governo militar — por ser um espaço de ameaça direta, em razão do processo formativo ser de cunho científico, crítico e reflexivo —, que interveio coercitivamente para conseguir alcançar os seus interesses. Desse modo, a formação de professores foi um dos alvos, já que estes futuramente atuariam nas escolas e precisam seguir a educação proposta pelos militares. Diante deste contexto, o curso de pedagogia passou por modificação na estrutura curricular e na identidade profissional para seguir os princípios da tendência liberal tecnicista. Esse modelo de educação visa formar mão de obra para atender aos interesses do sistema produtivo de produção.

Ao provocar mudanças no formato do curso de pedagogia, altera também a identidade profissional e por isso surgiu a seguinte indagação: Qual era a identidade profissional do pedagogo no período da ditadura militar no Brasil? Assim, o objetivo deste trabalho é discutir a identidade profissional do pedagogo no contexto da ditadura militar, como detalhado a seguir.

2 APONTAMENTOS SOBRE A IDENTIDADE PROFISSIONAL DO PEDAGOGO

Todos os cursos de nível superior, além de fornecer os conhecimentos teóricos e práticos para o exercício profissional, direcionam os estudantes a assumir determinada identidade conforme a formação que escolheram. Assim, a identidade profissional pode ser definida como sendo “[....] uma identidade coletiva porque ela vai se delineando na teia das relações sociais e incorpora a cultura do grupo social e das relações do mundo produtivo no qual o profissional está inserido” (Brzezinski, 2011, p. 122).

A identidade é importante porque caracteriza e distingue o profissional dos demais que existem na sociedade. No entanto, a realidade do curso de pedagogia no Brasil ao longo de sua História passou por diferentes concepções de identidade profissional, tornando-se às vezes confusa e indefinida nos documentos legais que regulamentavam essa formação. A justificativa para isso reside no fato de que,

muito embora a ciência da Pedagogia define uma identidade profissional para o pedagogo, é desconsiderado nos documentos oficiais que regulamentavam/regulamentam essa formação.

No primórdio do curso de Pedagogia no Brasil, em 1934, duas identidades do pedagogo coexistiram. Uma referia-se à identidade profissional do pedagogo como técnico em educação, que podia atuar em secretarias e no Ministério da Educação, tanto no âmbito municipal, estadual e federal, como, também, nos setores burocráticos das escolas (Severo; Pimenta, 2023). A outra identidade assumida neste período foi a docência para atuar nas Escolas Normais.

No entanto, nesse período, a identidade profissional do pedagogo era confusa, pois os campos de atuação profissional não eram definidos, prova disso foi o Decreto-Lei nº 1.190/39, que versava sobre organização do curso, mas não detalhou aspectos fundamentais à compreensão do lugar e dos espaços possíveis ao pedagogo. Logo, esse profissional ficava à mercê das demandas que surgiam.

No governo civil-militar, a identidade profissional do pedagogo foi modificada mediante as alterações no currículo e organização da formação inicial. Isso revela, que dependendo do contexto social, político e econômico, a identidade profissional do pedagogo era redefinida. Como neste período a educação estava fundamentada na concepção tecnicista de ensino, tal identidade foi fragmentada em diversas habilitações como do setor empresarial, com objetivo de atender as demandas do sistema capitalista (Cruz, 2011). Isso desconsiderou as críticas que já existentes sobre a identidade profissional do pedagogo e suas possíveis reformulações.

Atualmente, devido ao avanço do conceito de educação, a identidade profissional do pedagogo é formada pelo trabalho docente e pedagógico. O trabalho docente é aquele realizado no espaço da sala de aula, enquanto o pedagógico abrange outros espaços para além da escola, tais como: hospitais, empresas, Organizações Não Governamentais (ONGs), dentre outros (Libâneo, 2010). O que ainda continuou na identidade do pedagogo do período da ditadura militar nos dias atuais foi o exercício docente, mas hoje é direcionado por outras tendências pedagógicas que buscam a emancipação e transformação social através da educação.

3 METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo desta investigação, adotou-se como paradigma a pesquisa exploratória na perspectiva de Gil (2010). Assim, a pesquisa exploratória contempla temáticas pouco investigadas, necessitando-se de mais pesquisas para explorar e aprofundar o tema. Neste caso, é a identidade profissional do pedagogo no contexto da ditadura militar.

Para isso, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, realizada em livros, artigos e demais materiais. Os autores bases autores para a fundamentação deste artigo foram Libâneo (2010), Cruz (2011), Saviani

(2007), dentre outros, por serem referências no assunto. Além da pesquisa documental, como forma de agregar nas análises das informações. A pesquisa documental é aquela, como o nome já diz, feita por meio de documentos. Diante disso, o material de base para este artigo foram os documentos oficiais publicados na ditadura militar que ditava a identidade do pedagogo e a organização do curso de pedagogia.

Em relação a abordagem, recorreu-se a pesquisa qualitativa na perspectiva da pesquisadora Minayo (2002). Esta pesquisa volta-se para “o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (Minayo, 2002, p. 21-22). Por meio dessa abordagem foi possível compreender a identidade profissional do pedagogo no contexto da ditadura militar no Brasil.

Quanto à análise dos dados, a técnica empregada foi a análise de conteúdo de Bardin (1997), que significa “[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Desse modo, foram selecionados os materiais para análise, seguida pela exploração dos mesmos com vistas à criação das categorias empíricas, e, por fim, análise crítica e reflexiva das informações implícitas e explícitas.

4 A EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DA TENDÊNCIA LIBERAL TECNICISTA

A educação, ao longo da História da Humanidade, teve diferentes concepções a depender do contexto social, político e econômico. Por este motivo, surgem as tendências pedagógicas, que segundo Libâneo (1985), são as características de como a educação é compartilhada em determinado contexto histórico e que estão presentes até os dias atuais. As tendências pedagógicas são divididas em dois grupos, que são: Liberais e Progressistas, ambas abordam a educação sobre óticas diferentes.

Assim, a tendência liberal foi a que esteve presente durante o período da ditadura militar no Brasil, por alinhar a educação aos interesses do sistema do capitalismo. Por este motivo que

O termo liberal não tem o sentido de "avanhado", "democrático", "aberto", como costuma ser usado. A doutrina liberal apareceu como justificação do sistema capitalista que, ao defender a predominância da liberdade e dos interesses individuais da sociedade, estabeleceu uma forma de organização social baseada na propriedade privada dos meios de produção, também denominada sociedade de classes. A pedagogia liberal, portanto, é uma manifestação própria desse tipo de sociedade. (Luckesi, 1999, p. 54, grifos nossos).

Diante disso, a escola tinha como objetivo formar os estudantes para assumir os papéis sociais, conforme as habilidades que possuíam. Com isso, eles tinham que aprender a seguir as normas e valores presentes na sociedade de classe, sem questioná-las. Por mais que essa tendência difundisse a

ideia de que todos tinham as mesmas oportunidades, bastava o esforço e dedicação para alcançar os objetivos, não considerava as desigualdades sociais existentes.

Devido a tendência liberal ter ficado por quase cinco décadas nas práticas pedagógicas dos docentes, ela assumiu diferentes classificações a depender do período da História, quais sejam: tradicional, renovada progressivista, renovada não-diretiva e a tecnicista (Libâneo, 1985). A educação na ditadura militar, nos anos de 1964 a 1985, esteve fundamentada pelos ideais da tendência pedagógica tecnicista.

É notório que a educação na tendência liberal tecnicista estava a serviço do sistema de produção. Ao formar mão de obra, a escola não estava preocupada com o desenvolvimento da criticidade dos estudantes. Isso revela que o governo militar utilizava a educação como instrumento de manipulação e alienação das massas, com objetivo de manter a ordem vigente, além de atender os interesses do capital. Os conteúdos curriculares não forneciam os conhecimentos necessários para provocar a reflexão e compreender o cenário social que estava se vivendo naquele período.

Esse contexto revela, dependendo da forma como a educação está sendo ofertada, pode libertar ou alienar a sociedade (Freire, 2010). Os militares reconheciam a importância da educação para a sustentação do projeto em curso naquele momento, e por isso, disseminar a tendência liberal tecnicista nas escolas foi uma das estratégias desse governo para transmitir suas ideologias, além de estruturar a política e economia ao seu modo. Assim, a educação ofertada nas instituições de ensino tinha que seguir essa tendência de ensino, inclusive no ensino superior, a exemplo do curso de pedagogia.

A justificativa para a adoção da tendência liberal tecnicista é que as instituições de ensino seriam eficazes no ensino, pois seguiriam o modelo empresarial, atendendo ao sistema capitalista de produção. Por este motivo, o método de ensino utilizado para transmitir os saberes dos professores aos alunos era fundamentado pelo taylorismo, trazendo a “divisão de tarefas entre os diversos técnicos de ensino que estão incumbidos do planejamento racional do trabalho educacional” (Aranha, 1996, p.175). Ao professor cabia trazer essas ideias para o contexto da sala de aula, sendo apenas um executor.

Nessa tendência, os alunos são considerados recursos humanos, que devem aprender as técnicas para serem mãos de obras de modo a atender os anseios do capital (Luckesi, 1999). Por isso, as concepções dos modelos de produção industrial, como o Taylorismo, foram transportadas para a organização escolar, com a finalidade de padronizar o processo de ensino e aprendizagem e, com isso, tornar os alunos aptos para o trabalho futuro nas indústrias. Assim, criou-se a falsa ideia da escola que prepara para a vida, sem causar estranhamentos.

5 O CURSO DE PEDAGOGIA NA DITADURA MILITAR

Para compreender a identidade profissional do pedagogo que foi assumida durante a ditadura militar no Brasil, é necessário analisar o período antes desse. Isso é relevante porque fornece informações sobre como o curso de Pedagogia era organizado e o que mudou com o governo civil-militar. Por este motivo, vale ressaltar que a formação do pedagogo ao longo da História sofreu influências políticas, econômicas e sociais que contribuíram para a (in)definição da sua identidade profissional, e, conforme os interesses do governo vigente ia sendo modificado.

O curso de Pedagogia foi criado em 1939, no contexto da estruturação da denominada Faculdade Nacional de Filosofia. Assim, o Decreto-Lei decreto de nº 1.190/39 estabeleceu as orientações para a sua instalação e, também, para a organização da formação do pedagogo no Brasil. Os cursos ofertados nesta instituição eram estabelecidos por seções, seguindo esta ordem, conforme documento citado anteriormente: Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia, e uma seção especial nomeada de Didática. Diante disso, a seção de Ciências e Letras tinha diferentes cursos, enquanto a Pedagogia, Filosofia e Didática tinham apenas uma formação que recebeu o próprio nome da seção. No caso da seção de pedagogia, era ofertado o curso de pedagogia.

Durante esse período, o curso de Pedagogia formava profissionais em duas modalidades: Licenciatura e Bacharelado. Esse modelo de formação era denominado de esquema 3+1(três mais um), pois resultava na soma dos anos de formação do bacharel com a licenciatura. Para ser bacharel, era necessário cursar um período de três anos e, ao finalizar, estava apto para cursar a licenciatura, que durava um ano. A licenciatura, por sua vez, tinha como base a seção de Didática, que fornecia os conhecimentos relacionados ao exercício da docência (Saviani, 2007). É notório que os cursos de bacharelado tinham uma formação mais extensa em relação à licenciatura, isso porque a identidade profissional do pedagogo era diferente.

Desse modo, o curso de bacharelado destinava-se ao exercício profissional de técnico em educação, que podia assumir funções nas secretarias de educação do âmbito municipal, estadual e federal, além de poder trabalhar nas escolas exercendo funções burocráticas de ensino. Enquanto o curso de licenciatura direcionava a formação de professores para atuação no Ensino Normal. Porém, outros cursos de licenciatura também atuavam nas Escolas Normais, pelo fato da Lei Orgânica do Ensino Normal permitir isso (Cruz, 2011), não sendo campo exclusivo dos pedagogos. No decreto nº 1.190/39 não havia o campo de atuação do pedagogo, neste período de implementação.

O modelo 3+1(três mais um) foi revogado pelo Decreto Lei nº 3.454, publicado em 24 de julho de 1941 sendo assim, não era mais aceitável cursar concomitante licenciatura e bacharelado. O curso de Pedagogia sofreu alterações com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

(LDBEN) de 20 de dezembro de 1961. A justificativa para as mudanças aconteceu porque o Conselho Nacional de Educação (CNE), publicou o Parecer nº 251, com autoria do conselheiro Valnir Chagas. Uma das alterações feitas foi conferir a autonomia para o Ensino Superior para organização, ofertas de disciplinas, dentre outros.

Uma das primeiras mudanças feitas no período da ditadura militar foi a chamada Reforma Universitária, disposta na Lei nº 5. 540 de 28 de novembro de 1968. O impacto desta reforma foi sobre o ensino superior, com objetivo de reorganizá-lo de modo a trazer para a formação de professores os fundamentos da concepção tecnicista e do projeto desenvolvimentista de nação. Com isso, a Faculdade Nacional de Filosofia extinguiu as seções dos cursos e estes passaram a fazer parte nas áreas específicas.

Diante dessas mudanças, a seção de didática, era destinada à formação de professores, conferindo aos acadêmicos o grau de licenciados, passou a ser apenas uma disciplina. Assim, essa disciplina era contemplada nos cursos ofertados pelas faculdades, como também pelos departamentos da área da educação (Cruz, 2011). Isso impactou diretamente na extinção da graduação em bacharelado, tornando o curso como licenciatura e, desse modo, transformou a identidade profissional do pedagogo.

Após isso, houve aprovação, em 11 de abril de 1969, do Parecer nº 252 do Conselho Federal de Educação (CFE), somado com a Resolução CFE nº 2/1969, revelando o currículo mínimo para o curso de graduação em pedagogia, organizado durante período de quatro anos. Assim, a organização do curso pautava-se em habilitações divididas em: administração escolar, orientação educacional, supervisão escolar, inspeção escolar e magistério (Brasil, 1969).

Por isso, o objetivo do curso de Pedagogia durante este período era formar tanto os professores para o Ensino Normal quanto o especialista em educação. Para atingir esse objetivo, o currículo oficial foi organizado por uma parte comum e a outra diversificada. No currículo comum eram ofertados os saberes das disciplinas de sociologia geral e da educação, psicologia da educação, filosofia da educação, história da educação, e didática.

O currículo diversificado contemplava as disciplinas consideradas específicas para cada habilitação supracitada. Agregado a isso, tinha três disciplinas comuns, que faziam parte da maioria das habilitações, assim denominadas: estrutura e funcionamento do ensino de 1º grau, estrutura e funcionamento do ensino de 2º e estágio supervisionado (Brasil, 1969). Ademais, o currículo oficial do curso de Pedagogia na parte diversificada era algo fragmentado, com intuito de contemplar essa identidade profissional de habilitações.

Essa identidade profissional do pedagogo no contexto da ditadura militar estava apoiada na tendência liberal tecnicista, com intuito de formar profissionais para atender às demandas do sistema capitalista de produção. As consequências desse tipo de formação era que os futuros pedagogos não desenvolviam os conhecimentos necessários para ler e analisar criticamente o mundo e as relações humanas.

A educação no Ensino Superior estava calcada pelos ideais do tecnicismo, pois os militares queriam manter a ordem vigente, e esse era um dos espaços considerados ameaçadores, haja vista que se produz e ressignifica o conhecimento. Por isso que a formação era de mão de obra acrítica, pois os pedagogos não poderiam despertar para a realidade que se encontrava naquele momento o Brasil. E ao atuarem nas escolas, tinham que seguir as ideias do tecnicismo.

Mesmo diante desse período marcado por perseguições de quem era contrário aos interesses dos militares, houve diversas críticas à formação do pedagogo ser estruturada dessa forma. As críticas advinham de docentes do ensino superior e demais âmbitos da educação, além de associações e movimentos da educação, pois esta formação levava à precarização do trabalho (Brzezinski, 1996). Isso revela que os indivíduos envolvidos diretamente e indiretamente com o ensino superior, estavam preocupados com cenário caótico que se encontrava a formação do pedagogo e de professores.

O resultado dessas críticas direcionou para o surgimento de movimentos de professores e Instituições de Ensino Superior no período de 1970 e 1980.

[...] o 1º Seminário de Educação Brasileira, realizado em 1978, na UNICAMP, e a 1ª Conferência Brasileira de Educação, realizada em 1980, na PUC de São Paulo, ocasião em que foi criado o Comitê Pró-Participação na Reformulação dos Curso de Pedagogia e Licenciatura. Em 1983, esse Comitê constituiu a CONARCEFE-Comissão Nacional pela Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores, que, em 1990, durante o seu 5º Encontro Nacional, se transformou na ANFOPE- Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Cruz, 2011, p.49)

O objetivo desses movimentos foi criar forças para resistir a todas as formas de imposições dos militares, inclusive ao fato do curso de Pedagogia e demais licenciaturas terem caráter tecnicista. Por isso, uma das pautas dos movimentos era que a identidade profissional dos cursos de licenciatura fosse centrada na docência. Esse modelo de habilitações ficou em vigência por um período de três décadas, sendo revogado a partir da LDB aprovada pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

6 CONCLUSÃO

A identidade profissional do pedagogo nunca foi instável, sofrendo modificações ao longo do tempo e isso não foi diferente no contexto da ditadura militar no Brasil. O curso de pedagogia passou a ser balizado pela tendência liberal tecnicista, em que a identidade do pedagogo foi fragmentada em

diversas habilitações, precarizando assim, o trabalho do pedagogo. Com isso, os militares trouxeram para a formação inicial, os aspectos do modelo empresarial, que estava em alta, como Taylorismo, formando mão de obras para o sistema capitalista de produção.

Mesmo diante do interesse em tentar frear o avanço científico da educação, e consequentemente, da ciência da pedagogia, surgiram movimentos sociais importantes para tentar mudar essa realidade. Esses movimentos de professores universitários e demais instâncias da educação foram importantes para afirmar o compromisso com a educação que liberta e transforma os indivíduos, se posicionando contrário ao que estava sendo ditado pelos militares. Além de lutarem contra as outras ideologias propagadas por este governo.

Portanto, o contexto político da época influenciou diretamente na identidade profissional do pedagogo, em que foi reconfigurada por causa das vantagens mercadológicas. Apesar de ser marcado por violência, perseguições, mortes, os movimentos sociais em defesa da educação surgem para tentar reverter o retrocesso na formação de professores e do ensino no país.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, M. L. A. Filosofia da educação. São Paulo: 2^a ed. revista e ampliada. Moderna, 1996.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n.^o 9.394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 jun. 2024.
- BRASIL. Parecer CFE nº 252, de 11 de abril de 1969. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ldb_Art64.pdf. Acesso em: 18 jul 2024.
- BRASIL. Parecer nº 251, de 14 de novembro de 1962. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ldb_Art64.pdf. Acesso em: 21 jul 2024.
- BRASIL. Decreto Lei n. 3.454, de 24 de julho de 1941. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3454-24-julho-1941-413403-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 14 jul 2024.
- BRASIL. Decreto Lei nº 1.190, de 04 de abril de 1939. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1190-4-abril-1939-349241-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 jun 2024.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. [Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro]. Lisboa: Edições 70, 1997.
- BRZEZINSKI, I. Pedagogo: delineando identidade(s). Revista UFG, Goiânia, n. 10, 2011. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/694/o/10_iria_brzezinski.pdf. Acesso em 19 jun. 2024.
- BRZEZINSKI, I. Pedagogia, pedagogos e formação de professores: busca e movimento. Campinas: Papirus, 1996.
- CRUZ, G. B. C. Curso de pedagogia no Brasil: história e formação com pedagogos primordiais. Rio de Janeiro: WAK Editora, 2011.
- FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Revisada e atualizada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LIBÂNEO J. C. Pedagogia e Pedagogos, para quê?. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- LIBÂNEO, J. C. Democratização da Escola Pública: pedagogia crítico - social dos conteúdos São Paulo: Ed. Loyola, 1985.
- LUCKESI, C. C. Filosofia da educação. São Paulo: Cortez, 1999.
- MINAYO, M. C. S. (Org). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SAVIANI, D. A pedagogia no Brasil: história e teoria. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SEVERO, J. L. R. L; PIMENTA, S. G.. Formação em pedagogia na América Latina. Revista internacional de educação superior, v. 9, p. 1-26, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/riesup.v9i00.8670012>. Acesso em: 19 jun. 2024.